

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

## PORTARIA Nº 281 DE 25 DE ABRIL DE 2022

Institui o Plano Diretor de Gestão de Pessoas – Ciclo 2022-2023.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a Portaria TRE-PE nº 458/2021, que institui o Planejamento Estratégico Institucional, ciclo 2021-2026;

Considerando a Resolução CNJ nº 325/2020 que institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026;

Considerando a Resolução CNJ nº 240/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário:

Considerando o Catálogo de requisitos de governança aprovado pelo TRE-PE, por meio da Portaria TRE-PE nº 102/2019;

Considerando a Resolução TRE-PE nº 345/2019, que institui o Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

Considerando a Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

Considerando o teor da Portaria TRE-PE nº 279/2022, que institui o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas para o período 2022-2026;

Por fim, considerando a Portaria TSE nº 497/2021, que institui o Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período 2021-2026,

## RESOLVE

- **Art. 1º.** Instituir o Plano Diretor de Gestão de Pessoas (PDGP) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco para o período de 2022-2023.
- § 1°. As ações descritas no PDGP foram derivadas dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas PEGP.
- § 2º. O Plano Diretor de que trata o caput consta do Anexo desta Portaria e ficará disponível em sítio da internet deste Tribunal.
  - Art. 2°. Caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas a implantação do PDGP 2022-2023.
- § 1°. O monitoramento será realizado pelo Comitê Executivo de Gestão de Pessoas, por intermédio de reuniões mensais.
- § 2°. O PDGP poderá ser revisado anualmente ou a qualquer tempo, em decorrência de alterações do PEGP ou de fatos supervenientes capazes de impactá-lo.
  - Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de abril de 2022.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\_externo.php? acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador 1819597 e o código CRC D31AFE39.

0022724-42.2021.6.17.8000 1819597v10